

TERMO DE CORREIÇÃO
48ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL

A CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS INSPECIONA, no uso de suas atribuições previstas no art. 16, I, IV da Lei Complementar nº 15/96 e nos arts. 2º, § 2º, 6º e 7º do Ato nº 901/2017- CGMP/AL o órgão do Ministério Público abaixo especificado, tendo verificado o seguinte:

I- DADOS EM RELAÇÃO À PROMOTORIA DE JUSTIÇA

Atribuições - Ato normativo: Promotoria Criminal, com atuação nos crimes dolosos contra a vida – Tribunal do Júri
Municípios que compõem a área de atuação: Maceió/AL
Promotor de Justiça Titular: Alfredo Gaspar de Mendonça Neto
Promotor de Justiça Substituto e/ou Designado: Antonio Luis Vilas Boas Sousa
Endereço da Unidade: Av. Juca Sampaio, nº 540, Barro Duro – CEP 57.045-150
Expediente da Unidade: de segunda-feira a quinta-feira, das 13:00h às 19:00h; na sexta-feira, das 07:30h às 13:30h

II- DADOS RELACIONADOS AO MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Data que o Membro assumiu a Unidade correicionada: 21 de junho de 2016
Reside no local de lotação? Sim
Exerce o magistério? Não
Responde a procedimento administrativo disciplinar? Não
Responde cumulativamente por outro órgão? Não
Nos últimos (6) seis meses se afastou das atividades? Por qual período? Não
Nos últimos (6) seis meses recebeu colaboração de outro Membro? Por qual período? Não
Nos últimos (6) seis meses participou de cursos de aperfeiçoamento? Não
Exerce a advocacia? Não

III- DADOS EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Atendimento ao público: Eventualmente, durante o expediente no Fórum e na Sede das Promotorias da Capital
Estrutura de Pessoal: 02 (dois) estagiários do Quadro do MP
Estrutura física: Sim e adequada
Sistema de Arquivo: Digital
Sistema de Registro: Digital pelo Sistema SAJMP
De que modo são geridos os recursos decorrentes de termos de ajustes de conduta, transações penais e outros acordos? Prejudicado
Quantidade de processos que tramitam na unidade judiciária? 728
Quantidade de feitos com vistas ao Ministério Público: 00
Observações:

IV- DADOS EM RELAÇÃO A ATUAÇÃO DO MEMBRO
Informar quais os principais temas tratados na Promotoria e atuação destacada nos últimos 12 (doze) meses: Atuação no Tribunal do Júri, nos crimes dolosos contra a vida
Atua com base em Planos de Atuação, em Programas Institucionais e em Projetos Executivos que estejam em sintonia com o Planejamento Estratégico Institucional? Informar, de forma objetiva e resumida, sobre essa atuação: Prejudicado
Realiza atividades extrajudiciais não procedimentais de relevância social, tais como palestras, participação em reuniões e outras atividades que resultem em medidas de inserção social? Listar essa atuação nos últimos 12 (doze) meses: Prejudicado
Coordena e/ou participa de Projetos Sociais adequados às necessidades da respectiva comunidade e eficientes do ponto de vista de proteção e da efetivação de direitos fundamentais? Listar essa coordenação e/ou participação nos últimos 12 (doze) meses: Prejudicado
Acompanha, de forma contínua a tramitação, instrução e fiscalização dos procedimentos judiciais e das suas respectivas execuções, promovendo as medidas necessárias para a efetivação desses procedimentos, com relação ao cumprimento e aplicação das sanções impostas aos condenados, nas ações das quais é autor o Ministério Público? Explicar de forma exata esse acompanhamento: Sim, por meio do sistema SAJMP. Participação de audiências judiciais de instrução e julgamento, bem como em sessões do Tribunal do Júri, interpondo recursos, quando necessários e desenvolvendo as demais atribuições inerentes ao cargo.
Prioriza a atuação em tutela coletiva, sem prejuízo da atuação individual quando necessária (sem prejuízo dos atendimentos individuais e encaminhamentos necessários)? Exemplificar algum(ns) caso(s) ocorrido(s) nos últimos 12 (doze) meses: Prejudicado
Atua ou atuou em casos complexos ou de repercussão social nos últimos 12 (doze) meses? Explicar, de forma resumida, o(s) caso(s): Sim. O caso de Miricella Graciano, que foi absolvida por clemência, mas houve recurso de apelação interposto pelo Ministério Público, com provimento do TJAL, anulando o julgamento e determinando novo júri, além de outros processos de repercussão.
Existe interação produtiva entre o Órgão de execução e os Centros de Apoio sobretudo com o alinhamento ao planejamento estratégico institucional, com a finalidade de potencializar a efetividade social da atuação do Ministério Público? Descrever de que forma se opera essa integração: Prejudicado
Participa de sociedade comercial ou organização não-governamental? () Sim, (X) Não. Em caso positivo, indicar a razão social e CNPJ.

V- PROMOTORIA CÍVEL E/OU CRIMINAL			
V.I- DADOS ESTATÍSTICOS DO ÓRGÃO - PROCESSOS JUDICIAIS- CÍVEIS			
PERÍODO	MAIO	JUNHO	JULHO
Saldo anterior			
Distribuídos no mês			
Devolvidos no mês			
Saldo do mês atual			
Audiências judiciais realizadas			
Recursos interpostos aos Tribunais Superiores			
Recursos interpostos ao Tribunal de Justiça			
Glossário: (item 1 – item 2 – item 3 = item 4, ou seja, saldo do mês é igual à soma do saldo anterior e da distribuição do mês, subtraído os impulsionados no mês).			
Observações:			

V.II- DADOS ESTATÍSTICOS DO ÓRGÃO - PROCESSOS JUDICIAIS- CRIMINAIS			
PERÍODO	MAIO	JUNHO	JULHO

Saldo anterior (ações penais):	01	02	05
Distribuídos no mês (ações penais):	65	39	54
Devolvidos no mês (ações penais):	64	36	58
Saldo do mês atual (ações penais):	02	05	01
Saldo anterior (inquéritos policiais):	47	33	13
Distribuídos no mês (inquéritos policiais):	96	44	78
Devolvidos no mês (inquéritos policiais):	110	64	67
Saldo do mês atual (inquéritos policiais):	33	13	24
Arquivamentos (inquéritos policiais):	24	12	03
Denúncias oferecidas:	03	02	03
Autos de Prisão em Flagrante distribuídos:	Vide observação	Vide observação	Vide observação
Termos Circunstanciados distribuídos:	00	00	00
Audiências judiciais realizadas:	13	16	06
Recursos interpostos:	00	00	00
Sessões do Tribunal do Júri:	04	03	00
Observações: Os autos de prisão em flagrante são recebidos pelos Promotores de Justiça designados para atuarem nas audiências de custódia. Quanto às denúncias e os arquivamentos de inquéritos policiais, são a somatória destes últimos que chegam via NIMP, além daquelas oferecidas em procedimentos judiciais			

V.III- DADOS ESTATÍSTICOS DO ÓRGÃO - PROCESSOS EXTRAJUDICIAIS			
PERÍODO	MAIO	JUNHO	JULHO
Notícias de fato distribuídas:			
Inquéritos Cíveis Públicos:			
Procedimentos Preparatórios:			
Procedimentos Administrativos:			
TAC firmado:			
Exceção de TAC proposta:			
Ação Civil pública de Improbidade Administrativa proposta:			
Ação Civil Pública proposta (exceto improbidade administrativa):			
Medida Judicial de Defesa de Direito Individual Indisponível:			
Arquivamento sem Remessa:			
Arquivamento com Remessa:			
Audiências Extrajudiciais instrutórias (exceto Audiências Públicas e outras informais de adolescentes):			
Audiências extrajudiciais autocompositivas:			
Reuniões (com ata):			
Atendimento ao público:			
Oitivas informais de adolescentes (no caso de atribuição em ato infracional):			
Instauração de PIC:			

Arquivamentos de PIC:			
Número de interceptações telefônicas iniciadas:			
Observações:			

V.IV- DADOS EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	
Processos sob acompanhamento da Promotoria na(s) Unidade(s) Judiciária(s) - ações em que o MP é autor tramitando no Judiciário	Improbidade administrativa ACP/ações coletivas (exceto improbidade): Ações para a defesa de direito individual e indisponível:
Processos cíveis – custos legis	Com vista há mais de 30 dias: Com vista há mais de 6 meses: Com vista há mais de 12 meses:
Processos cíveis ajuizados pelo MP	Com vista há mais de 30 dias: Com vista há mais de 6 meses: Com vista há mais de 12 meses:
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias: Com vista há mais de 6 meses: Com vista há mais de 12 meses:
Notícias de Fato	Em tramitação há menos de 30 dias: Em tramitação há mais de 30 + 90 dias: (observar a prorrogação):
Procedimentos Preparatórios	Em tramitação há menos de 90 dias: Em tramitação há mais de 90 e menos de 180 dias (verificar prorrogação): Em tramitação há mais de 180 dias:
Inquéritos Cíveis	Em tramitação há menos de 1 ano: Em tramitação há mais de 1 ano (verificar prorrogação):
Procedimentos Administrativos	Em tramitação há menos de 1 ano: Em tramitação há mais de 1 ano:
Termos de ajustamento de conduta pendente de cumprimento:	
Audiências Públicas realizadas nos últimos 3 meses:	
Recomendações feitas nos últimos 3 meses:	
Inquéritos policiais:	Com vista há mais de 30 dias: 00 Com vista há mais de 6 meses: 00 Com vista há mais de 12 meses: 00
Ações Penais:	Com vista há mais de 30 dias: 00 Com vista há mais de 6 meses: 00 Com vista há mais de 12 meses: 00
Processos de Execução Penal:	Com vista há mais de 30 dias:

Termos Circunstanciados:	Com vista há mais de 6 meses:
	Com vista há mais de 12 meses:
	Com vista há mais de 30 dias:
	Com vista há mais de 6 meses:
Auto de prisão em flagrante:	Com vista há mais de 12 meses:
	Com vista há mais de 30 dias:
	Com vista há mais de 6 meses:
Procedimentos Investigatórios Criminais - PIC's	Com vista há mais de 12 meses:
	Instaurados há menos de 90 dias:
	Instaurados há mais de 90 dias (verificar prorrogação):
	Instaurados há mais de 180 dias (verificar prorrogação):
Reuniões em Conselhos de Controle social nos últimos 3 meses:	
Visitas realizadas:	Entidades de acolhimento de crianças e adolescentes:
	Fundações:
	Estabelecimento de idosos:
	Estabelecimentos de deficientes:
	Estabelecimentos de saúde:
	Estabelecimentos de comunidades terapêuticas:
	Delegacias de Polícia:
	Estabelecimentos Prisionais:
	Unidades de Medicina Legal:
	Unidades de Perícia Criminal:
	Estabelecimentos prisionais:
	Unidades de Internação para adolescentes:
	Estabelecimentos prisionais militares:
Outros estabelecimentos:	
Observações:	

VI-PROMOTORIA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE			
VII- DADOS ESTATÍSTICOS DO ÓRGÃO PROCESSOS JUDICIAIS			
PERÍODO	MAIO	JUNHO	JULHO
Saldo do mês anterior			
Distribuídos no mês			
Devolvidos no mês			
Saldo do mês atual			

Audiências realizadas			
Recursos interpostos ao Tribunal de Justiça			
Glossário:(item 1 + item 2 + item 3 = item 4, ou seja, saldo do mês é igual à soma do saldo anterior e da distribuição do mês, subtraído os impulsionados no mês). Observações:			
VLII- DADOS ESTATÍSTICOS DO ÓRGÃO PROCEDIMENTOS EXTRAJUDICIAIS			
PERÍODO	MAIO	JUNHO	JULHO
Notícias de fato distribuídas			
Inquéritos Cíveis Públicos			
Procedimentos Preparatórios			
Procedimentos Administrativos			
TAC firmado			
Execução de TAC proposta			
Ação Cível Pública proposta			
Medida Judicial de Defesa de Direito Individual Indisponível proposta			
Arquivamento sem Remessa			
Arquivamento com Remessa			
Termos de Depoimento			
Audiências Extrajudiciais (exceto oitivas informais de adolescentes)			
Reuniões (com ata)			
Recomendações			
Observações:			
VLIII-EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO			
Processos sob acompanhamento da Promotoria na(s) Unidades(s) Judiciária(s) – ações em que o MP é autor tramitando no Judiciário	ACP/ações coletivas		
	Ações para a defesa do direito individual indisponível		
	Ações de destituição do poder familiar e outras		
Processos da Infância e Juventude – custus legis	Com vista há mais de 30 dias:		
	Com vista há mais de 6 meses:		
	Com vista há mais de 12 meses:		
Processos da Infância e Juventude ajuizados pelo Ministério Público (Área Cível)	Com vista há mais de 30 dias:		
	Com vista há mais de 6 meses:		
	Com vista há mais de 12 meses:		
Notícias de Fato	Em tramitação há menos de 30 dias:		
	Em tramitação há mais de 30 dias:		
Procedimentos Preparatórios	Em tramitação há menos de 90 dias:		

	Em tramitação há mais de 90 dias e menos de 180 dias (verificar prorrogação):		
	Em tramitação há mais de 180 dias:		
Inquéritos Cíveis	Em tramitação há menos de 1 ano:		
	Em tramitação há mais de 1 ano (verificar prorrogação):		
Processos Administrativos	Em tramitação há menos de 90 dias:		
	Em tramitação há mais de 90 dias:		
Termos de ajustamento de conduta pendentes de cumprimento:			
Audiências Públicas realizadas nos últimos 12 meses:			
Audiências concentradas em entidades de acolhimento institucional nos últimos 12 meses:			
Comparecimento a Reuniões em Conselhos de Controle Social nos últimos 12 meses:			
Visitas realizadas (nos últimos 12 meses)	Delegacia de Polícia:		
	Centros de internação provisória, definitiva e semiliberdade:		
	Entidades de acolhimento institucional:		
	Outras unidades de atendimento:		
	Estabelecimentos de saúde e comunidades terapêuticas:		
Número de crianças e adolescentes acolhidas em instituições de Medidas Socioeducativas (definitivos e provisórios):			
Número de crianças e adolescentes acolhidas em instituições (de acolhimento institucional):			
Observações:			
VI.IV- DADOS ESTATÍSTICOS DO ÓRGÃO- ATO INFRACIONAL			
PERÍODO	MAIO	JUNHO	JULHO
Saldo do mês anterior			
Distribuídos no mês			
Devolvidos no mês			
Saldo do mês atual			
Audiências judiciais realizadas			
Recursos interpostos			
Termo Circunstanciado ou outro procedimento investigatório distribuído ao MP			
Notícia de fato distribuída			
Arquivamentos			
Remissões			
Representações			
Procedimentos de Apuração de Ato Infracional (Ação Judicial, após representação à autoridade judiciária para aplicação de medida socioeducativa)			

Audiências de Oitivas Informais			
Observações:			
VI.V- EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO			
Notícia de ato infracional (NF)	Com vista há mais de 30 dias:		
	Com vista há mais de 6 meses:		
	Com vista há mais de 12 meses:		
Boletim Circunstanciado de Ato Infracional (ou outros autos de investigação)	Com vista há mais de 30 dias:		
	Com vista há mais de 6 meses:		
	Com vista há mais de 12 meses:		
Procedimentos de Apuração de Ato Infracional (Ação Judicial, após representação à autoridade judiciária para aplicação de medida socioeducativa)	Com vista há mais de 30 dias:		
	Com vista há mais de 30 dias:		
	Com vista há mais de 6 meses:		
Execução de Medidas Socioeducativas	Com vista há mais de 30 dias:		
	Com vista há mais de 6 meses:		
	Com vista há mais de 12 meses:		
Se existe critério de recebimento de feitos:			
Observações:			

VII-PROMOTORIA ELEITORAL			
VIII. DADOS ESTATÍSTICOS DE PROCESSOS JUDICIAIS- CÍVEL E CRIMINAL			
PERÍODO	MAIO	JUNHO	JULHO
Saldo do mês anterior			
Distribuídas no mês			
Devolvidos no mês			
Saldo do mês atual			
Audiências judiciais/Sessões			
Recursos interpostos			
Glossário: (item 1 – item 2 – item 3 = item 4, ou seja, saldo do mês é igual à soma do saldo anterior e da distribuição do mês, subtraído os impulsionados no mês).			
Observações:			
VIII.1. DADOS ESTATÍSTICOS DE PROCEDIMENTOS EXTRAJUDICIAIS			
PERÍODO	MAIO	JUNHO	JULHO
1. Notícias de fato distribuídas			
2. Ações Eleitorais Cíveis propostas			
3. Procedimento Preparatório Eleitoral instaurado			
4. Outro procedimento Extrajudicial Eleitoral (especificar natureza no campo observações se for o caso)			
5. Arquivamento sem remessa			
6. Arquivamento com remessa			

7. Audiências Extrajudiciais inquisitórias			
8. Audiências Extrajudiciais autocompositivas			
9. Inquéritos Policiais Eleitorais			
10. Arquivamento de Inquérito Policial/TCO eleitoral			

VII-III- EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO		
Inquérito Policial/TCO eleitoral	Com vista há mais de 30 dias:	
	Com vista há mais de 90 dias:	
	Com vista há mais de 12 meses:	
Ações Penais	Com vista há mais de 30 dias:	
	Com vista há mais de 90 dias:	
	Com vista há mais de 12 meses:	
Mandados de Segurança	No prazo para manifestação (10 dias):	
	Fora do prazo para manifestação:	
Processos judiciais cíveis – <i>curius legis</i>	Com vista há mais de 30 dias:	
	Com vista há mais de 90 dias:	
	Com vista há mais de 12 meses:	
Processos cíveis referentes a ações ajuizadas pelo Ministério Público	Com vista há mais de 30 dias:	
	Com vista há mais de 6 meses:	
	Com vista há mais de 12 meses:	
Notícia de Fato	Em tramitação há menos de 30 dias:	
	Em tramitação há menos de 30 + 90 dias:(Observar a prorrogação):	
	Fora do prazo:	
Procedimento de Investigação Criminal (PIC)	Em tramitação há menos de 90 dias:	
	Em tramitação há mais de 90 dias:	
PPE	Em tramitação há menos de 90 dias:	
	Em tramitação há mais de 90 dias e menos de 180 dias:	
	Fora do prazo:	
Ações Eleitorais (cíveis) ajuizadas nos últimos 12 meses:		
Denúncias criminais ajuizadas nos últimos 12 meses:		
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:		
Audiências públicas realizadas nos últimos 12 meses:		
Observações: Os feitos indicados no presente item deverão ficar à disposição da Equipe de Correição para análise.		

VIII- SUGESTÕES/OBSERVAÇÕES DO MEMBRO

O Promotor de Justiça não fez sugestões, nem observações.

IX- EXPERIÊNCIAS INOVADORAS E ATUAÇÕES DE DESTAQUE

O Promotor de Justiça não informou sobre experiências inovadoras e atuações de destaque.

**X- PROCESSOS JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS EXAMINADOS
(PREENCHIMENTO EXCLUSIVO DA CORREGEDORIA-GERAL)**

ESPÉCIE	NÚMERO	DATA DO AJUIZAMENTO/DATA DA INSTAURAÇÃO	SITUAÇÃO DETECTADA
Processo Crime de Homicídio Qualificado	0714340-83.2014.8.02.0001	23/03/2015	Processo aguardando despacho sobre diligências, requeridas pelo Representante Ministerial
Inquérito Policial objetivando apurar Crime de Homicídio	0801466-35.2018.8.02.0001	15/08/2018	Aguardando decisão sobre a manifestação de arquivamento, proferida pelo Representante Ministerial
Processo Crime de Homicídio Qualificado	0715962-61.2018.8.02.0001	02/08/2018	Processo aguardando despacho
Inquérito Policial objetivando apurar Crime de Homicídio	0700370-12.2014.8.02.0067	26/06/2014	Aguardando diligências, requeridas pelo Representante Ministerial
Inquérito Policial objetivando apurar Crime de Homicídio	0027406-50.2009.8.02.0001	25/09/2009	Aguardando diligências, requeridas pelo Representante Ministerial
Processo Crime de Homicídio Qualificado	0003656-29.2003.8.02.0001	06/10/2003	Processo aguardando diligências, solicitadas pelo Representante Ministerial
Inquérito Policial objetivando apurar Crime de Homicídio	0800868-81.2018.8.02.0001	29/05/2018	Aguardando o decurso do prazo para arquivamento
Processo Crime de Homicídio Qualificado	0701032-68.2017.8.02.0067	09/04/2018	Processo aguardando a realização de audiência de instrução e julgamento, designada para o dia 20/09/2018
Processo Crime de Homicídio Qualificado	0702426-22.2014.8.02.0001	02/09/2014	Processo aguardando despacho designatório de audiência de instrução e julgamento
Processo Crime de Homicídio Qualificado	0721226-93.2017.8.02.0001	23/03/2018	Processo aguardando despacho designatório de audiência de instrução e julgamento

OBSERVAÇÕES (PREENCHIMENTO EXCLUSIVO DA CORREGEDORIA-GERAL):

Verificamos que o Representante Ministerial atua, na condição de substituto, perante a 48ª Promotoria de Justiça da Capital. Não há 01 servidor. Existem 02 (dois) estagiários concursados à disposição da 48ª Promotoria de Justiça da Capital. No momento da correição ordinária, o Promotor de Justiça informou não existirem processos judiciais, nem procedimentos extrajudiciais físicos. O Promotor de Justiça, atualmente, não exerce as funções eleitorais.

A 48ª Promotoria de Justiça da Capital funciona em sede própria. Da análise do fluxo de trabalho SAI/MP, verificamos que não existem processos judiciais, nem procedimentos extrajudiciais com vista ao Representante Ministerial há mais de 30 (trinta) dias. Promotoria de Justiça com os Relatórios exigidos pelo CNMP, em dia, conforme a certidão de fls.10. No tocante à avaliação do desempenho funcional, verificando-se, inclusive, a participação, a presteza, a dedicação e a colaboração efetiva nas atividades da Unidade, atribui-se ao Representante Ministerial o conceito Muito Bom (A), nos termos do estabelecido no art.6º, XXII, do Ato nº901/2017 – CGMP/AL.	
ORIENTAÇÕES (PREENCHIMENTO EXCLUSIVO DA CORREGEDORIA-GERAL): Orientações de praxe.	
PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELO MEMBRO CORRECIONADO (PREENCHIMENTO EXCLUSIVO DA CORREGEDORIA-GERAL): Caso haja atendimento ao público, deverá o Representante Ministerial registrá-lo no respectivo Fluxo do SAI/MP.	
DATA: 24 de agosto de 2018.	
MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	PROMOTOR DE JUSTIÇA - ASSESSOR TÉCNICO
NOME: Antonio Luis Vilas Boas Sousa	NOME: Humberto Henrique Bulhões B. P. Nunes